



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Mundo do trabalho.

**ANALISE DO PROGRAMA COLETA SELETIVA COM INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA
DOS CATADORES**

Jerusa Gomes Marques¹
Rosana Lopes dos Santos²

Resumo

Este trabalho refere-se a um relato de experiência da execução do “Programa de Ampliação da Coleta seletiva da Cidade do Rio de Janeiro com Inclusão Social e Produtiva de Catadores de Materiais Recicláveis” pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio de Janeiro Sescop (RJ). A partir do resultado da prática vivenciada, o presente artigo visa apresentar uma análise sobre cooperativismo, economia solidária e do perfil socioeconômico dos catadores, compreendendo os avanços e desafios no que concerne ao processo de inclusão social e produtiva.

Palavras-chave: Cooperativismo. Inclusão social e produtiva. Catadores.

Abstract

This work refers to an experience report of implementation of the "Selective collection Expansion Program of the City of Rio de Janeiro with Social Inclusion and Production of Recyclable Materials" by the Cooperative National Learning Service of the State of Rio de Janeiro Sescop (RJ). From the result of experienced practice, this article presents an analysis of cooperative, social economy and socio-economic profile of collectors, including the progress and challenges in relation to social and productive inclusion.

Keywords: Cooperativism. Social inclusion and productive. Collectors.

INTRODUÇÃO - MARCO TEÓRICO

O presente artigo consiste em um relato de experiência de atuação profissional no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescop/RJ), no Programa de Ampliação da Coleta Seletiva da Cidade do Rio de Janeiro com a Inclusão Social e Produtiva dos Catadores de Materiais Recicláveis. Por meio do contrato nº 10.2.2030.1 entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) e Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), no que tange especificamente ao Subcrédito “H” referente às etapas de: formação, capacitação, treinamento e assessoramento de autogestão das cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

¹Psicóloga, coordenadora de Projetos do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <jerusamarques@oi.com.br>.

² Assistente Social, analista operacional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <rosanalopes.uff@gmail.com>.

A análise crítica do programa e do perfil socioeconômico dos catadores objetiva demonstrar a atualidade das cooperativas no mercado, o processo de inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis, a partir das determinações fincadas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (2010), concernentes ao fechamento dos lixões, organização dos catadores em cooperativas para a gestão compartilhada de gerenciamento de resíduos sólidos no nível municipal.

Para desenvolvimento deste trabalho, buscou-se aprofundar os conceitos de autogestão e heterogestão dos empreendimentos econômicos solidários, concentrando-os no marco teórico do cooperativismo e da economia solidária, nas transformações no mundo do trabalho, e de como os rebatimentos dessas transformações incidem nas políticas de geração de trabalho e renda, na consolidação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Culminando assim, no Programa de Ampliação da Coleta Seletiva Solidária da Cidade do Rio de Janeiro, no que tange ao processo de inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis através de uma experiência cooperativista, retratando o perfil socioeconômico dos catadores de matérias recicláveis, os avanços e desafios a serem superados.

COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA - AUTOGESTÃO E HETEROGESTÃO

O cooperativismo surge em 1844, como registra Reis Júnior (2006), em pleno advento do capitalismo no período da revolução industrial, que representou a passagem da sociedade rural para a sociedade industrial, a mudança do trabalho artesanal para o trabalho assalariado, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, a intensificação da jornada de trabalho que trouxe como consequência um grande número de trabalhadores desempregados e precarizados.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o cooperativismo é um modelo socioeconômico que objetiva o desenvolvimento econômico aliado ao bem-estar social. Seus princípios são participação democrática, solidariedade, independência e autonomia.

De acordo com Singer (2008, p.16), o cooperativismo se divide em categorias que ilustram suas funções no mercado, como as cooperativas de consumo, de crédito, de compra e venda e de produção. O grande diferencial das cooperativas vinculadas à perspectiva da economia solidária entre as configuradas como empresas capitalistas, é o

modo de sua administração. Para ele, as cooperativas possuem sua administração pautada na autogestão, enquanto a administração de empresas capitalistas pauta-se na heterogestão³ (SINGER, 2008).

Neste contexto, cabe ressaltar que o controle sobre o trabalho na organização autogerida é exercido pelo grupo, a administração da cooperativa é operada pelos cooperados - donos do negócio, dessa forma, percebe-se sinais de que a alienação é, de alguma forma, superada. Seu processo de produção é essencialmente taylorista (como na heterogerida), no entanto, a grande diferença reside no controle que os trabalhadores têm sobre a gestão e no sentido que dão ao trabalho.

No Brasil, embora existam problemas no processo de autogestão, sendo preciso, que os sócios, desejem participar da cooperativa etenham outra consciência ideológica de produção, tem crescido no país a adesão dos trabalhadores à formalização de empreendimentos autogestionários como alternativa para subsistência financeira e desenvolvimento humano (SINGER, 2008).

Neste sentido, como atesta Boaventura de Sousa Santos, os benefícios da economia solidária vão muito além do econômico: "As cooperativas de trabalhadores geram benefícios não econômicos para os seus membros e para a comunidade em geral, que são fundamentais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista" (SANTOS, 2002, p. 37).

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O COOPERATIVISMO NO BRASIL

Com a hegemonia do capitalismo monopolista e a intensificação da dinâmica de concentração e centralização do capital, evidenciam-se as dificuldades de permanecerem em vigor centros produtivos fundamentados em conceitos como de autogestão como preconizados na íntegra pelo cooperativismo precursor europeu, do século XIX (SOUZA; AMORIM, 2011).

Diante da necessidade de sobrevivência, as cooperativas tiveram como condicionante a adequação ao mercado. Assim, empreendimentos autogestionários, necessitaram atender às exigências de baixos custos e competitividade para se manterem

³ Segundo Tauile (2005) heterogestão é forma de organização da produção e do trabalho onde o lucro é apropriado pelos capitalistas individuais ou por sociedades anônimas. A perspectiva é a maximização dos ganhos obtidos por processos de extração de mais-valia absoluta, mais-valia relativa ou combinação entre estas duas formas de apropriação.

no mercado, sem o qual não sobreviveriam, já que se desenvolvem no interior da lógica do capital (SINGER, 2000).

Desta forma, com dificuldade de empreendimento autogestionários se manterem frente à expansão liberal mercantil e as mudanças no mundo do trabalho, surge à economia solidária na década de 1980 através de reivindicações de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, tomando impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990 (SINGER, 2000).

Logo, as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta a sua própria produção. O avanço da economia solidária não pode se tornar inteiramente a parte do apoio do Estado e do fundo público, sem o mínimo de recursos que possibilite a prática de processos de autoemancipação.

Neste sentido, o empreendimento de economia solidária no Brasil foi se organizando por meio de várias frentes e estímulos, vinculados a Universidades em Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), a criação da Secretaria Nacional de economia solidária (Senaes) e o Fórum Brasileiro de economia solidária (FBES), que se estruturaram de forma a consolidar e solidificar os empreendimentos autogestionários.

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E AS POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

As transformações ocorridas na dinâmica do capitalismo, no entanto, influenciaram de forma determinante no desenho da política social brasileira. Acrescente taxa de desemprego, os processos de reestruturação produtiva e a precarização das condições de trabalho, associado a "[...] insegurança social [como] uma das faces do custo social da informalidade, resultante das mudanças ocorridas no processo de acumulação do capital, que, por sua vez, afetaram as relações entre Estado, mercado e sociedade" (LIRA, 2008, p. 153), evidenciaram a necessidade de reformas a atendimento as demandas por geração de trabalho e renda.

Diante desse cenário, tendências ao modelo de desenvolvimento proposto por Amartya Sen foram implantadas e recomendadas aos países periféricos, através de organizações multinacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional

entre outros. O pensamento de Sen e os desenvolvidos posteriormente, em forma de normativa, preconizavam o desenvolvimento como aumento da liberdade dos indivíduos, a expansão das capacidades para elevação do padrão social e econômico dos sujeitos.

Portanto, para Sen, combater a pobreza significa desenvolver capacidades enquanto liberdades de escolha, onde o Estado tem papel fundamental em garantir condições mínimas para esse “empoderamento”.

Ao discorrer sobre o pensamento de Amartya Sen, Mauriel aponta que:

Em prefácio redigido recentemente à publicação brasileira, Sen reafirma que a ampliação de benefícios sociais só pode ser garantida mediante a capacitação ou “empoderamento” das pessoas, principalmente as mais afetadas pela miséria. Desenvolver capacidades efetivas para usufruir liberdades substantivas básicas constitui condição necessária para realizar mudanças sociais. Para ele, as ações de “empoderamento” ajudam a fazer frente ao pessimismo generalizado sobre os esforços públicos, pois “o mundo precisa de esperança e de knowhow”. (MAURIEL, 2010, p.5).

Nesta direção, o prêmio Nobel de Economia em 2009 trouxe à tona o reconhecimento às formas de organização coletiva, como estratégia de gestão, produção, conservação e sobrevivência dos grupos envolvidos e do meio ambiente. A análise documental do referido prêmio apontou que o caminho apresentado pelas experiências da economia solidária é uma alternativa para as novas demandas humanas e ambientais.

Assim, no que tange a essas tendências e orientações para um trabalho focalizado num público mais vulnerável, verifica-se direcionamento de programas sociais à grupo de catadores de inclusão socioproductiva, de geração de trabalho e renda, para grupos específicos de catadores de materiais recicláveis. Sendo esse apontamento consolidado através da implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

No Brasil, o marco estratégico para implantação do processo de inclusão socioproductiva dos catadores e enfrentamento aos problemas ambientais foi à formulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, um projeto previsto na Lei 12.305/10 de 2010 que tem por objetivo evitar e prevenir a geração de resíduos sólidos.

Este projeto visa promoção de uma “cultura sustentável” através da “[...] não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento de resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (PNRS, 2010). A responsabilidade deste processo envolve desde o governo aos fabricantes, comerciantes e consumidores.

Para o conjunto de catadores de materiais recicláveis a PNRS se apresentou como instrumento de conquista, uma vez que amplia as oportunidades de inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis a partir da expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos. Em seu princípio⁴ norteador a política compreende a reciclagem de resíduos sólidos como um “[...] bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania [...]”, e tem como objetivo⁵ a “[...] integração de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (PNRS, 2010).

Neste sentido, conforme indicado na referida lei, é de competência de cada município a implantação da PNRS, bem como, a definição de seus projetos ou programas de tratamento e destinação adequada dos resíduos sólidos, com a inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis.

PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO DA COLETA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO COM INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

O Programa de Ampliação da Coleta Seletiva da Cidade do Rio de Janeiro objetivava estender os serviços a 160 bairros da Cidade, promovendo a inclusão social e produtiva de até 1.500 catadores de materiais recicláveis, garantindo o reaproveitamento de 5% dos materiais potencialmente recicláveis presentes no lixo domiciliar. Para viabilizar o Programa foi assinado um Contrato, em dezembro de 2011, entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e o BNDES.

O Programa compreendia a construção de ao todo seis Centrais de Triagem, três com capacidade de processar 30 t/dia, absorvendo a mão de obra de até 300 catadores organizados em cooperativa, localizadas nos bairros do Centro, Bangu e Campo Grande. As três restantes seriam implantadas nos bairros da Penha, Irajá e Vargem Pequena e processaria 20 t/dia, atendendo cada uma até 200 catadores organizados em cooperativa.

⁴ Artigo 6º, inciso VIII da Política Nacional de Resíduos Sólidos, lei n: 12.305/10.

⁵Artigo 7º, inciso XII da Política Nacional de Resíduos Sólidos, lei n: 12.305/10.

Por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), o programa estabeleceu a contratação de instituição para atender ao Contrato 10.2.2030.1 - Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável, assinado entre o BNDES e o município do Rio de Janeiro, referente ao subcrédito “H”, visando à formação, capacitação, treinamento e assessoramento de autogestão das cooperativas de catadores de materiais recicláveis envolvendo recursos da ordem 7 milhões. A empresa vencedora da licitação nº 003/2012 para cumprimento referido contrato foi o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Rio de Janeiro (Sescoop/RJ).

Em colaboração ao poder público, o SESCOOP/RJ integrante do Sistema Cooperativista Nacional, criado pela Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, e suas reedições, regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999, Serviço social autônomo, com foco no ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativa e dos cooperados, fomentou o fortalecimento da estratégia proposta pela PNRS.

A metodologia para atuação do SESCOOP/RJ teve por objetivo a identificação dos grupos organizados ou não de catadores na cidade; realização de diagnóstico socioeconômico dos grupos por região definida pelo contratante; e oferta aos Catadores de Materiais Recicláveis condições de atuarem de forma organizada e produtiva nas Centrais de Triagem a serem instaladas.

As atividades de assessoramento se dariam in loco para autogestão das cooperativas inseridas em cada uma das 6 (seis) nas Centrais de Triagem (CT), distribuídas conforme plano de atividades.

Todo planejamento dos conteúdos de capacitação foi elaborado com base no método proposto por Paulo Freire e adaptado ao perfil dos atendidos, através da troca, da relação dialética, possibilitando a valorização de cada indivíduo participante do processo de aprendizagem. Neste sentido, foi necessário que todos os envolvidos tivessem a consciência de que: “ninguém educa ninguém, como ninguém se educa a si mesmo; os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1978, p.79).

Assim,

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas a devolução organizada,

sistematizada e acrescentado ao povo, daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada. (FREIRE, 1978, p. 98).

A metodologia também compreendia a assessoria de comercialização e de comercialização sob a forma de rede com todas as centrais de triagem e outras cooperativas organizadas em seus próprios espaços, com vista à: formalização de uma política de comercialização e venda em rede; cadastro e seleção dos melhores parceiros/clientes compradores dos recicláveis e contratantes dos serviços das cooperativas; garantida comercialização diretamente com a indústria recicladora objetivando eliminar intermediários; novo formato de logística de estocagem, de escala e de fluxo de fornecimento. Desta forma, os Catadores de materiais recicláveis estariam aptos, pós-projeto, a comercialização e venda realizada através de uma política de garantia da sustentabilidade das Centrais de Triagem, dos espaços autônomos, dos cooperados e de suas famílias.

O contrato seria acompanhado pelos gestores internos do Sescoop/RJ, porém sua execução como é característico em projetos contratados - com início e fim determinado, teria equipe própria, redesenhada, obedecendo às indicações do Termo de Referência imposto no edital.

A execução das ações no período de 36 (trinta e seis) meses obedeceria às etapas, cujo início seria determinado em função da entrega de cada Central de Triagem - CT. A previsão de entrega constava no “Termo de Referência” parte integrante do contrato, que considerou o início das atividades na data da assinatura do contrato SMAC Nº 054/2012, em 04 de outubro de 2012, conforme quadro a seguir:

CT de Irajá com previsão de entrega para fevereiro de 2013 - foi entregue em janeiro de 2014; CT do Centro com previsão de entrega para fevereiro de 2013 - não foi entregue; CT da Penha com previsão de entrega para maio de 2013 – não foi entregue; CT de Bangu com previsão de entrega para agosto de 2013 - não foi entregue; CT de Campo Grande e CT Jacarepaguá com previsão de entrega para novembro de 2014 - não foram entregues.

Como demonstrado acima, somente uma central de triagem foi entregue no período de execução do contrato, sendo esta a Central de Triagem de Irajá.

Desse modo, o presente relato se deterá a experiência vivida na Central de triagem de Irajá, na exposição dos resultados a partir da síntese do perfil

o

socioeconômico dos catadores de materiais recicláveis na CT de Irajá, sendo este uma análise comparativa do primeiro diagnóstico aplicado no início do projeto, com o segundo diagnóstico aplicado na fase terminal do projeto. Na conclusão, apontaremos os avanços e desafios que as cooperativas de catadores ainda enfrentam para alcance da sustentabilidade econômica, inclusão socioprodutiva e cidadania.

ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Através da análise dos dados socioeconômico dos catadores de materiais recicláveis que operam na CT de Irajá evidencia-se, como indicado na pesquisa preliminar ao início do programa, que a população predominante é formada pelo sexo feminino, representada atualmente por 73% do público. São mulheres, chefes de famílias que demandam acesso a políticas de gênero e ações interventivas de garantia do direito da mulher.

Em relação à faixa etária, verifica-se uma mudança no perfil que antes se concentrava até os 40 anos de idade, hoje o público que atua na Central de Triagem de Irajá situa-se entre 41 a 60 anos, representando 67% do total. Apontando assim, para o direcionamento de políticas públicas e programas sociais direcionados para um público de mais idade.

Em sua maioria permanecem tendo como naturalidade o Estado do Rio de Janeiro, sendo equivalente a 87% do total. Todos os entrevistados residem no município do Rio de Janeiro, destes, 80% são moradores da área que compreende os bairros de Irajá, Penha, Acari e Pavuna.

Do mesmo modo, como apontado na pesquisa anterior, grande parte dos catadores é solteira, compreendendo 67% do total. Dos entrevistados, 60% se reconhecem como negros, não apresentando alteração quando comparado ao relatório preliminar.

A pesquisa revela que todos os catadores entrevistados não estão estudando, permanecem com o nível educacional baixo, 40% estudaram até o 9º ano do ensino fundamental - segundo segmento. O nível de escolaridade demonstrou um fator preocupante no processo de gestão, tendo em vista que 90% deixaram de frequentar a escola na faixa etária entre 14 a 17 anos. Do total, 53% dos catadores gostariam de retomar os estudos, evidenciando assim, uma necessidade de encaminhamento para

programas educacionais. E, após comparação com os dados primários, verifica-se que não houve avanço no que diz respeito ao processo educacional dos catadores, embora estejam capacitados para operar a Central de Triagem - sendo incluídos no processo produtivo, revelam a necessidade de aquisição de mais conhecimento, que remete ao acesso à política de formação educacional e profissionalização.

No que diz respeito à formação educacional familiar, 57% dos catadores não sabem informar o grau de escolaridade do pai, 44% relatam o analfabetismo como grau de escolaridade da mãe. Dos pesquisados, 53% iniciaram em alguma atividade laborativa com idade entre 14 a 16 anos. Este quadro educacional familiar indica que a baixa escolaridade direciona os sujeitos a se inserirem, de forma cada vez mais precoce e precária no mercado de trabalho, principalmente o mercado informal. Em confronto com os dados anteriores, verifica-se que nível escolar em referencia está abaixo do que fora constatado.

Dos catadores entrevistados, 40% declaram que trabalham como catadores a mais de 10 anos, e 100% se dedicam a atividade conforme o período estipulado na lei 12.690/12, duração do trabalho normal não superior a 08 (oito) horas diárias. Não apresentando alteração com os dados anteriores.

Dos entrevistados, 53% afirmam que residem com os filhos, sem a presença de companheiro (a), 33% afirmam que convivem em sua moradia na companhia de 02 (duas) pessoas, diferentemente do dado anterior, que a média era de três a quatro membros. Do total, 93% dos cooperados possuem filhos, destes, 46% declaram que possui 02 (dois) filhos. Verifica-se que permanece a maioria dos cooperados declarando que possui 02 filhos conforme o diagnóstico inicial.

Em relação aos filhos dos cooperados menores de 18 anos de idade, 60% dos catadores declaram que possuem de 01 a 03 filhos matriculados na rede pública de ensino, destes, 56% estudam em período integral. Constata-se que, de um modo geral, os percentuais atuais estão em níveis equivalentes dos anteriores.

A maioria dos catadores, 46% afirmam que gostariam de ter acesso a projetos sociais, relatam ser este o serviço de maior relevância, que sentem pela ausência.

No que diz respeito ao quantitativo de membros da família que participam economicamente, 73% relatam que a renda familiar é composta por 01 a 02 membros; 60% afirmam que não são os únicos provedores do sustento familiar; 87% revelam que

a renda mensal individual varia de 01 a 02 salários mínimos; 60% declaram que a renda mensal familiar apresenta um teto de até 02 salários mínimos e 73% afirmam que são eles próprios a pessoa com maior renda familiar. Observa-se, em comparação aos dados primários, que não houve alteração no nível de renda individual e familiar dos catadores.

Dos entrevistados, 87% declaram que não exercem outra atividade remunerada, permanecendo um percentual aproximado quanto ao relatório anterior que era de 80%. Do total, 13% realizam trabalhos eventuais como diarista e ajudante de obra nos finais de semana, como meio de complemento a renda familiar, diferentemente do dado constatado no diagnóstico inicial em que os catadores faziam outras atividades com carga horária distinta.

Em divergência com os dados apontados pelo primeiro relatório, em que os catadores entrevistados afirmaram ter algum membro de sua família exercendo atividade de “coletores de resíduos sólidos”, atualmente, 73% dos cooperados declaram não haver nenhum membro de sua família desempenhando a mesma atividade.

Dos catadores que atuam na CT em Irajá, 93% não são contribuintes da previdência social. Em análise com o dado inicial, conclui-se que permanece um índice elevado de catadores que estão sem acesso a benefícios e seguros sociais.

Em relação ao tipo e condições de habitação, 60% declaram que reside em imóvel próprio, 87% relatam que residem em imóvel com quatro ou até mais cômodos. A maioria dos catadores reside em moradia que possuem rede de esgoto e abastecimento de água regular; o fornecimento de energia é aferido por medidor pela empresa oficial de controle e a coleta de lixo na região é realizada pelo serviço de limpeza pública. Verifica-se que as condições de moradia, no geral, não mudaram quando comparadas com o relatório anterior.

No que tange ao quadro clínico de saúde dos catadores, constata-se que 67% relataram não possuir, no momento, problema graves de saúde. Entretanto, 67% afirmam que apresentam dores musculares, 53% apresentam dificuldade em enxergar. De um modo geral, em comparação com os dados primários, observa-se um declínio na condição de saúde dos cooperados.

Dos entrevistados, 67% fazem uso de bebida alcoólica, 67% relatam não fazer uso de tabaco e 80% declaram que não fazem e nunca fizeram uso de drogas ilícitas. Em

confronto com os dados anteriores, constata-se um aumento no percentual de catadores que afirmam que fazem uso de bebida alcoólica.

Dos catadores da CT de Irajá, 80% declaram que não sofreram acidentes durante a jornada de trabalho na referida CT, verifica-se um percentual aproximado com o que fora constatado anteriormente, antes da inauguração da Central de Triagem.

Em relação à operação na Central de Triagem, 67% dos catadores relatam que não encontram dificuldade para executar as atividades; 93% avaliam como sendo sustentável a atividade desenvolvida. A maioria dos cooperados, 93% declaram que segregam ou prensam mais de 03 kg de material reciclável por dia; 40% dos cooperados entendem que a aquisição de equipamentos modernos e veículos são fatores preponderantes para melhora no desenvolvimento operacional e econômico da cooperativa; 53% declaram que não conhecem o funcionamento administrativo e operacional da cooperativa e 33% dos cooperados entendem que o princípio cooperativista mais importante é o de *Participação Econômica dos Membros*.

Em ordem de prioridade, os catadores apontaram os principais problemas enfrentados para desenvolvimento das atividades na Central de Triagem, sendo estes: O atravessador; falta de transporte para comercialização; falta de assistência médica, o contato com o lixo (devido à contaminação dos materiais) e falta de segurança do trabalho devido ao contato com vidros; recurso para capital de giro; falta de equipamentos adequados, e por último, rendimento instável. Observa-se que houve uma alteração na ordem de prioridade.

No diagnóstico inicial, os três principais problemas indicados pelos catadores foram: Contato com o lixo, a falta de assistência medica e o atravessador. Observa-se que a figura do atravessador ainda é vista como um obstáculo para realização direta da comercialização com a indústria, fazendo com que as cooperativas ainda se submetam aos baixos valores impostos pelos atravessadores e as condições de subordinadas a nível comercial, por não obter capital de giro que proporciona a comercialização direta com as grandes indústrias. No que diz respeito ao contato com o lixo, verifica-se que a operação na Central de Triagem através do Programa de Ampliação da Coleta Seletiva com Inclusão Social e Produtiva dos Catadores, possibilitou uma melhoria no que tange a qualidade de material coletado e ofertado à cooperativa, porém ainda é indicado na

lista de problemas evidenciados pelos cooperados devido ao quantitativo de rejeito (materiais não recicláveis).

Todos os catadores entrevistados avaliaram que houve melhora nas condições de trabalho após ingresso na Central de Triagem. Destes, 73% declaram que o ingresso na Central de Triagem possibilitou o aumento de renda, 87% afirmam que a inserção na Central proporcionou melhora nas condições de vida. Todos acreditam que através da transformação, agregação do valor e beneficiamento de resíduos poderia gerar mais renda. Todos entrevistados avaliam que o processo de capacitação foi importante, 93% gostariam de obter mais conhecimento, destes 57% gostariam de obter mais conhecimento sobre gestão administrativa.

De um modo geral, fica evidenciado que o trabalho em cooperativa proporciona condições menos degradantes para o desenvolvimento da operação, entretanto, somente a atividade de triagem do material reciclável sem os investimentos necessários apontados, não se apresenta como suficiente/autosustentável. Embora indiquem a melhoria na renda, esta não foi alcançada de forma suficiente para alterar o nível de renda individual e,consequentemente,coletiva e familiar dos catadores.

AVANÇOS E DESAFIOS

A partir da análise dos dados, identifica-se que houve avanço no tocante as condições de trabalho dos catadores (antes operavam nas ruas e lixões, hoje atuam em espaços estruturados - galpões cobertos e equipados), porém, a de se destacar que, os catadores que vem atuado na CT de Irajá como tantos outros, continuam lidando diariamente com condições extremamente desfavoráveis e precárias em termos de garantias legais (trabalhista e/ou assistencial). Trabalham na condição de operários, explorados da indústria da reciclagem.

De acordo com Pereira e Teixeira (2011), os catadores se situam na base da cadeia produtiva da indústria da reciclagem e, uma vez inseridos precariamente, as indústrias recicladoras é que englobam os grandes lucros, e muitas delas se valem do discurso de“responsabilidade socioambiental” para esconder basicamente três grandes problemas centrais: a necessidade de se repensar o consumo; a mudança dos padrões de produção, descarte e obsolescência; e, por fim, a exploração do trabalho dos catadores.

Desse modo, a experiência evidencia que ainda há uma cadeia produtiva dos recicláveis admirada, com centenas de empresas que se autointitulam socialmente responsáveis, mas que, se beneficiam de um ciclo vicioso de exploração do trabalho, que nos moldes geralmente empreendido, caracteriza a coleta seletiva e os catadores (CONCEIÇÃO, 2003).

Essa conjuntura (produtiva, econômica, comercial da reciclagem) impulsiona as cooperativas a venderem seus produtos a um preço muitas vezes abaixo do que aquele pago no mercado e, considerando-se o fato de que não conseguem acumular um volume maior para venda, pois não possuem capital de giro, compreende-se o porquê as cooperativas ficam reféns dos sucateiros e indústrias controladoras deste mercado.

O que se pode perceber é que o tal sucateiro não foi percebido na formulação de políticas voltadas à coleta seletiva. Por conta de tais fatores, ele pode armazenar por mais tempo e vender seu material ao mercado em tempos favoráveis, além de ser mais resistente às flutuações do próprio mercado. Já as cooperativas não têm tais fatores em níveis de equivalência e precisam distribuir rendimentos, de forma imediata, aos seus cooperados, ou seja, possuem menor capacidade de venda e negociação, limitando-se ao processo de *triar - enfardar – vender* como meio de subsistência.

Diante deste contexto, constata-se que algumas questões ainda se apresentam como desafios que precisam ser enfrentados. De acordo com Conceição (2003) as políticas devem ser inclusivas em relação a possíveis beneficiários e integrativas em relação a instituições e atores. As cooperativas de catadores visam à prestação de um serviço público à sociedade. Entretanto, necessitam de aparelhos legais, econômicos e institucionais para que possam manter-se e para que os cooperados tenham a digna contraprestação pelo seu trabalho; para a evolução da própria prestação de seus serviços; e também para que o valor econômico, gerado por eles, retorne a eles e não seja apropriado como mais-valia em favor de algum atravessador.

Desta forma verifica-se que os catadores, reunidos em cooperativas, têm pela frente o desafio de conciliar os aspectos cooperativos (solidariedade, igualdade, liberdade) frente à competitividade do mercado e da livre-concorrência.

Neste sentido, o enfrentamento a essas questões (problemas), que são reflexo do acirramento da questão social, da contradição “capital x trabalho”, passa pela criação de políticas voltadas ao âmbito econômico, político e social, acompanhadas de outras

intervenções públicas que incidam sobre as redes de infraestrutura urbana e serviços locais (transporte e vias de acesso, saneamento, coleta de lixo, segurança, áreas de lazer etc.).

De um modo geral, verifica-se que o processo de inclusão socioprodutiva não se remete a um simples acesso ao mercado, mesmo porque dele ninguém escapa.

Por demonstrado, estão denominando de políticas de “inclusão socioprodutiva” ações pontuais e fragmentadas. Por outro lado, o cooperativismo como instrumento de Inclusão Social e Produtiva de Catadores será um instrumento basilar, o qual poderá ser tomado como política pública direcionada à população excedente do mundo do trabalho, caso o tratemna perspectiva de oportunidade de mudançasde forma integrada, com ações efetivas que conduzam os catadoresa condição de partícipes do processo de crescimento econômico e social do país.

Referencias

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**:ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

BARROS R., MENDONÇA R, e TSUKADA R.; ‘**Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil**’. Brasília (DF): Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2011. (Chamada para Debate).

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Brasil sem miséria**. Disponível em: <<http://www.brasilsem miseria.gov.br/conheça-o-plano>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

_____. **Plano Brasil Sem Miséria**, Brasília (DF), 2012. Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/inclusao-produtiva>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

_____. Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva. **Inclusão socioprodutiva**. Brasília (DF), maio de 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/altosestudios/pdf/capacitacao-micro-empresas/mds>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília (DF), 2010. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CONCEIÇÃO, M. M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas (SP): Átomo, 2003.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Diagnóstico sobre os catadores de resíduos sólidos**. Brasília (DF): Ipea, 2011.

LIRA, Izabel Cristina Dias. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmitificando a informalidade. *In*: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez; São Luiz: Fapema, 2008. p.130-160.

MAURIEL, A. P. O. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. **Katálisis**, Florianópolis v. 13, n. 2, p. 173-180, jul./dez. 2010.

OLIVER E.; FARJADO M. **Revista trimestral de análisis de coyuntura económica/** enero-marzo 2010/ **ECONOMÍA ACTUAL/** Premio Nobel de Economía 2009.

PEREIRA, M.C.G.; TEIXEIRA, M.A.C. et al. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva. **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, 2011.

REIS, Nilson Júnior. **Aspectos societários das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

SANTOS, Maria C. L. et al. **Frames de ação coletiva**: uma análise da organização do MNCR. *In*: SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia H. H. **Movimentos sociais e participação**. Florianópolis: UFSC, 2011.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, Paul; SOUZA, André R. de. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: contexto, 2000.

_____. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998b.

_____. Marx e mercado. *In*: ROCHA BARROS, A.L. *et al.* **Ensaio crítico sobre o capitalismo e o socialismo**. São Paulo: A. Garibaldi, 1997.

_____. Economia solidária. Entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>>.

SOUZA R.M e AMORIM L.C. **Cooperativas no capitalismo contemporâneo**: estratégias dos trabalhadores a serviço do capital. *In*: SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO SOCIAL, 2011. Disponível em: <simposioproducaosocial.org.br>.

TAUILE, J. R. **Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas**: uma tipologia da economia solidária e autogestão. Brasília (DF): Irrestrita; TEM/IPEA/ANPEC, 2005.